

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Oeste S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis com vida útil definida, ativos de direito de uso e os ativos imobilizados

Conforme divulgado nas notas explicativa 4.5 às demonstrações financeiras, anualmente, a Companhia avalia a existência de indicadores de impairment e quando aplicável, realiza estimativas de rentabilidade futura e geração de caixa para fins de teste de impairment. Os testes são realizados tendo por base estimativas de rentabilidade futura e geração de caixa, preparadas pela diretoria, com base em seu julgamento e amparadas pelo plano de negócios, aprovados pelos órgãos de governança corporativa.

Dado ao julgamento envolvido na avaliação de impairment, e considerando que a aplicação incorreta pode impactar de forma relevante o valor contábil destes ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) o entendimento geral do ambiente de controles internos relacionados a preparação e revisão dos indicadores e as estimativas de rentabilidade futura e geração de caixa; (ii) a análise do memorando preparado pela Companhia sobre a redução do valor recuperável dos ativos da Companhia; (iii) análise das informações que pudessem contradizer os indicativos anteriores que levaram a redução do valor recuperável dos ativos da Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo informações de indicativos de obsolescência ou danos físicos em ativos, mudanças no ambiente de tecnologia e controles, mudanças na estratégia da Companhia para a concessão, dentre outros, conforme fornecidos pela diretoria da Companhia e comparando com informações externas divulgadas ao mercado, bem como com as próprias estratégias aprovadas pela diretoria na elaboração de seu plano de negócios; e (v) a avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas desse valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria,

inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP - 034519/O



Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva
Contador CRC PR - 057007/O

RUMO MALHA OESTE – RUMO MALHA OESTE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Oeste – Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que até a presente data não houve contratação de outros serviços relacionados a auditoria junto aos nossos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas, além de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras das Companhia, os quais não apresentam qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima. Com base em referidos princípios, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. nos informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T22	4T21	Var. %	12M22	12M21	Var. %
Receita Líquida	25,1	28,2	-11,0%	90,1	110,9	-18,8%
Custos dos serviços prestados	(17,0)	(22,3)	-23,8%	(65,8)	(102,4)	-35,7%
Lucro Bruto	8,1	5,9	37,3%	24,3	8,5	185,9%
Margem Bruta (%)	32%	21%	11,3 p.p.	27%	8%	19,3 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(2,1)	(2,2)	-4,5%	(7,7)	(7,5)	2,7%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(28,4)	(8,0)	255,0%	(65,5)	(47,2)	38,8%
Depreciação e perda por valor recuperável	-	-	0,0%	-	-	0,0%
EBITDA	- 22,4	- 4,3	420,9%	- 48,9	- 46,2	5,8%
Margem EBITDA (%)	-89,2%	-15,2%	-74 p.p.	-54,3%	-41,7%	-12,6 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(73,7)	(38,2)	92,9%	(268,4)	(176,7)	51,9%
Prejuízo Líquido	(96,1)	(42,5)	126,1%	(317,3)	(222,9)	42,4%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida atingiu R\$ 25,1 milhões, redução de 11% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2021. O EBITDA foi negativo de R\$ 22,4 milhões, comparado a um EBITDA negativo de R\$ 4,3 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 90,1 milhões, um decréscimo de 18,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O EBITDA acumulado de 2022 foi de R\$ 48,9 milhões negativo. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 317,3 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2022, comparado a um prejuízo de R\$ 222,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Rumo Malha Oeste S.A.

Balanços patrimoniais
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	2.083	471
Títulos e valores mobiliários	5.3	105	8.122
Contas a receber de clientes	5.4	19.750	25.221
Estoques		3.483	3.507
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.292	850
Outros tributos a recuperar	5.7	5.513	11.240
Adiantamento a fornecedores		247	175
Outros ativos		3.963	2.050
Ativo circulante		37.436	51.636
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		9.925	20.100
Outros tributos a recuperar	5.7	2.803	13.328
Depósitos judiciais	5.9	34.677	45.213
Adiantamento a fornecedores		376	376
Outros ativos		2.819	1.557
Ativo não circulante		50.600	80.574
Total do ativo		88.036	132.210

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Balancos patrimoniais
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivos			
Fornecedores	5.6	16.347	20.434
Ordenados e salários a pagar		6.848	6.481
Outros tributos a pagar		429	643
Adiantamento de clientes		-	551
Passivo de Arrendamento	5.5	65.040	-
Outros passivos financeiros	5.1	6.589	7.455
Outras contas a pagar		4.757	4.241
Passivo circulante		100.010	39.805
Provisão para demandas judiciais	5.9	61.074	51.803
Passivo de arrendamento	5.5	120.284	216.101
Arrendamentos e concessões	5.10	1.957.148	1.747.233
Outras contas a pagar		877	1.327
Passivo não circulante		2.139.383	2.016.464
Total do passivo		2.239.393	2.056.269
Patrimônio líquido	5.11		
Capital social		591.915	551.915
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		50.000	-
Reserva de capital		17.566	17.566
Ajustes de avaliação patrimonial		-4	-100
Prejuízos acumulados		-2.810.834	-2.493.440
Total do patrimônio líquido		-2.151.357	-1.924.059
Total do passivo e patrimônio líquido		88.036	132.210

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	6.1	90.057	110.886
Custos dos serviços prestados	6.2	-65.790	-102.429
Lucro (prejuízo) bruto		24.267	8.457
Despesas comerciais	6.2	53	-
Despesas gerais e administrativas	6.2	-7.777	-7.501
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	-65.521	-47.186
Despesas operacionais		-73.245	-54.687
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		-48.978	-46.230
Despesas financeiras		-272.267	-183.308
Receitas financeiras		3.851	6.608
Resultado financeiro líquido	6.4	-268.416	-176.700
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-317.394	-222.930
Imposto de renda e contribuição social	5.8		
Corrente		-	-
		-	-
Resultado do exercício		-317.394	-222.930
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		-0,64615	(0,46593)
Por ação preferencial		-0,64615	(0,46593)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	551.915	17.566	-	-100	-2.493.440	-1.924.059
Resultado do exercício	-	-	-	-	-317.394	-317.394
Outros resultados abrangentes:						
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de pensão	-	-	-	96	-	96
Contribuição e distribuição para acionistas						
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.000	-	50.000	-	-	90.000
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	96	-317.394	-317.298
Saldo em 31 de dezembro de 2022	591.915	17.566	50.000	-4	-2.810.834	-2.151.357

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	551.915	17.566	-207	-2.270.510	-1.701.236
Resultado do exercício	-	-	-	-222.930	-222.930
Outros resultados abrangentes:					
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	107	-	107
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	107	-222.930	-222.823
Saldo em 31 de dezembro de 2021	551.915	17.566	-100	-2.493.440	-1.924.059

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-	317.394	-
Ajustes para:			
Passivo Atuarial		96	-
Provisão para participações nos resultados e bônus		3.377	3.701
Provisão de demandas judiciais	6.3	19.212	11.323
(Ganho) perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	6	-
Créditos fiscais extemporâneos	6.3	9.250	4.034
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		269.637	176.753
Outros		5.950	5.106
		9.878	40.351
Variação em:			
Contas a receber de clientes		2.984	3.937
Adiantamentos de clientes	-	551	-
Outros tributos, líquidos		8.915	8.911
Estoques		56	2.117
Ordenados e salários a pagar	-	2.998	2.185
Fornecedores	-	3.659	3.178
Adiantamentos a fornecedores	-	72	205
Arrendamentos e concessões a pagar	-	3.048	-
Provisão para demandas judiciais	-	9.436	6.219
Outros passivos financeiros	-	2.622	3.710
Outros ativos e passivos, líquidos	-	8.158	13.672
		18.589	15.722
Caixa líquido utilizado nas atividades de operacionais	-	28.467	56.073
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		9.155	7.619
Caixa restrito		-	660
Debêntures privadas		-	51.576
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		9.155	44.617
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de principal de arrendamento mercantil	5.5	43.193	-

Pagamento de juros de juros de arrendamento mercantil	5.5	-	25.883	-
Integralização de capital			90.000	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento			20.924	-
Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa			1.612	- 11.456
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			471	11.927
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			2.083	471

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	98.508	122.690
Outras receitas operacionais, líquidas	1.702	12
Ganhos (perdas) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	58
	100.216	122.760
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-33.590	-79.580
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-83.065	-52.855
	-116.655	-132.435
Valor adicionado bruto	-16.439	-9.675
Valor adicionado líquido produzido	-16.439	-9.675
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.851	6.608
	3.851	6.608
Valor adicionado total a distribuir	-12.588	-3.067
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	25.378	34.516
Remuneração direta	18.318	24.858
Benefícios	6.199	8.544
FGTS	861	1.114
Impostos, taxas e contribuições	11.737	-3.560
Federais	7.940	1.514
Estaduais	1.051	-6.837
Municipais	2.746	1.763
Remuneração de capitais de terceiros	267.691	188.907
Juros	264.118	183.307
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	3.573	5.600
Remuneração de capitais próprios	-317.394	-222.930

Resultado do exercício	-317.394	-222.930
	<u>-12.588</u>	<u>-3.067</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Oeste”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedido em 20 de outubro de 1998, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão e o contrato de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em junho de 2026.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

1.2 Informações sobre grupo

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final é a Cosan S.A. (“Cosan”), listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CSAN).

1.3 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 62.574, passivo descoberto de R\$ 2.151.357 e prejuízo do exercício de R\$ 317.394.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

Em 19 de maio de 2021, a Companhia, em conjunto com sua controladora Rumo S.A., assinou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o segundo termo aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Oeste S.A., esse termo tem como objetivo estabelecer as obrigações relativas à relicitação, nos termos da qualificação do empreendimento aprovada pelo Decreto nº 10.633, de 18 de fevereiro de 2021. Após realização de análises técnicas, a ANTT estabeleceu as condições de prestação dos serviços pela concessionária durante a vigência do termo aditivo, observando a garantia da continuidade e a segurança do serviço de transporte ferroviário, até que seja realizada nova licitação. O prazo de vigência deste termo aditivo será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da publicação do Decreto nº 10.633, de 18 de fevereiro de 2021, suscetível à prorrogação.

A Companhia no dia 20 de maio de 2021 celebrou com a União o “2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Oeste S.A. – RMO, de 01 de julho de 1996”. Esse documento tem por objetivo estabelecer as obrigações entre as partes por ocasião da qualificação da Malha Oeste no processo de relicitação. Durante o processo de relicitação, a companhia continuará a prestar serviços de transportes de cargas, conforme as condições previstas anteriormente.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 17 de março de 2023.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.1 – Outros passivos financeiros:** O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores à agentes financeiros é classificado na Demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.
- **Nota 5.5 – Passivo de arrendamento:** Na avaliação do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.5 – Passivo de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Nota 5.8 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.9 – Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente a Diretoria.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas a Diretoria. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.083	471	2.083	471
Títulos e valores mobiliários	105	8.122	105	8.122
Contas a receber	19.750	25.221	19.750	25.221
Total	21.938	33.814	21.938	33.814
Passivo				
Passivos de arrendamento	(185.324)	(216.101)	(185.324)	(216.101)
Fornecedores	(16.347)	(20.434)	(16.347)	(20.434)
Outros passivos financeiros	(6.589)	(7.455)	(6.589)	(7.455)
Total	(208.260)	(243.990)	(208.260)	(243.990)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

2.4 Mudanças significativas nas políticas contábeis

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira e opções de moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, arrendamentos e crédito imobiliário	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e contas a receber de partes relacionadas	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, , contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiro sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

Exposição taxa de juros	31/12/2022				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	284	355	426	213	142
Títulos e valores mobiliários	14	18	21	11	7
Passivo de arrendamento	(19.845)	(19.845)	(19.845)	(19.845)	(19.845)
Outros passivos	(965)	(1.183)	(1.402)	(747)	(528)
Impactos no resultado do exercício	(20.512)	(20.655)	(20.800)	(20.368)	(20.224)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 06 de janeiro de 2023, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	13,35%	16,69%	20,03%	10,02%	6,68%
CDI	13,25%	16,57%	19,88%	9,94%	6,63%
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%	5,25%	3,50%
IPCA	4,98%	6,23%	7,47%	3,74%	2,49%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa a expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	2.083	471
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	105	8.122
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	19.750	25.221
	21.938	33.814

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>
AA	19
AAA	2.169
Total	<u>2.188</u>

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	(16.347)	-	-	(16.347)	(20.434)
Outros passivos financeiros	(6.589)	-	-	(6.589)	(7.455)
Passivo de arrendamento	(68.747)	(68.747)	(85.934)	(223.428)	(275.665)
	<u>(91.683)</u>	<u>(68.747)</u>	<u>(85.934)</u>	<u>(246.364)</u>	<u>(303.554)</u>

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidas em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Norte S.A.	88	788
Rumo Malha Paulista S.A.	277	1.160
Rumo Malha Sul S.A.	4.538	8.018
Portofer Transp. Ferrovi.	1.126	1.126
Rumo S.A.	16	141
Outros	23	177
	6.068	11.410
Adiantamento a fornecedores		
Outros	218	146
	218	146
Ativo circulante	6.286	11.556
Adiantamento a fornecedores		
Outros	376	376
	376	376
Ativo não circulante	376	376
Total do ativo	6.662	11.932

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Passivos		
Fornecedores		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	1.631	1.631
Rumo Malha Sul S.A.	1.658	1.286
Rumo Malha Paulista S.A.	2.114	1.589
Raízen S.A e suas controladas	1.819	2.438
Outros	1.591	928
Passivo circulante	8.813	7.872
Total do passivo	8.813	7.872

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Rumo Malha Norte S.A.	-	14
Rumo Malha Paulista S.A.	1.073	8.444
Rumo Malha Sul S.A.	30.387	35.352
	31.460	43.810
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Norte S.A.	(4)	(79)
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(3.732)	(957)
Raízen S.A e suas controladas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(17.943)	(37.413)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	(2.785)	(4.569)
Rumo Malha Sul S.A. ^(iv)	(10.548)	(24.572)
Outros	-	-
	(35.012)	(67.590)
Receitas (despesa) compartilhadas ^(v)		
Rumo Malha Central S.A.	108	-
Rumo Malha Norte S.A.	(2.948)	(2.644)
Rumo Malha Paulista S.A.	552	184
Rumo Malha Sul S.A.	(176)	(1.625)
Portofer Transp. Ferroviário	-	121
Rumo S.A.	(590)	(807)
Outros	87	25
	(2.967)	(4.746)
Resultado financeiro		
Rumo Malha Norte S.A.	-	1.072
	-	1.072

(i) A prestação de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 se refere principalmente à transporte, cujas condições estão definidas em contratos.

(ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE – Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.

(iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 junto à Raízen S.A e suas controladas, adquiridos em condições de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iv) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.
- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio: número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do exercício como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Benefícios de curto prazo	33.146	31.607
Transações com pagamentos baseados em ações	16.110	23.571
	<u>49.256</u>	<u>55.178</u>

4.2 Pandemia de Covid 19

A Companhia continua monitorando a pandemia COVID 19 no cenário global e local, e no momento não há medidas restritivas vigentes e nem impactos nas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não existe circunstâncias que poderiam indicar perda por *impairment*.

4.3 Impactos da guerra na Ucrânia

4.3.1 Contexto Geral

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra da Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022 pois constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.3.1.2 Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no período findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia monitora diariamente possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

- **Fertilizantes:** Rússia e Bielorrússia respondem por 30,5% das exportações de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). A companhia entende que não ocorreu impacto na safra de Milho em 2022, tampouco para safra de Soja para 2023, devido os acordos de mercado firmado entre Brasil e Rússia para a demanda de fertilizantes.

- **Commodities:** A safra brasileira de milho de 2021/2022, apesar da quebra da produção no sul do país, deverá ficar acima da safra anterior. Com o aumento do preço da commodity, o Brasil tem espaço para ampliar área produtiva. O que pode acontecer é um aumento da disputa entre o Brasil e América do Norte pela compra de fertilizantes, mesmo com preços elevados, uma vez que o retorno derivado da negociação de commodities por produtores no Brasil os deixam mais capitalizados para disputar com produtores americanos/europeus.

- **Combustíveis:** Como o petróleo brasileiro segue a tabela de preço internacional, continuará ajustando os preços de acordo com a cotação praticada fora do Brasil, mesmo que não haja compra direta da Rússia, a redução da oferta de petróleo no mundo, causará impacto no preço para o consumidor brasileiro. A medida que o diesel aumenta, o custo operacional da Rumo pode aumentar, porém existe a política de repasse para a tarifa que neutraliza os efeitos sobre o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam uma perda por *impairment*. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicadores de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados.

4.4 Aumento de capital

Em 8 de julho de 2022, a Companhia recebeu o montante de R\$ 50.000 referente a adiantamento para futuro aumento de capital, conforme instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital, assinado em 05 de julho de 2022.

4.5 Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia identificou indicadores de *impairment* representada por sua concessão: i) a Companhia registrou uma redução significativa no volume transportado devido a problemas operacionais na via ocasionados pelas fortes chuvas do primeiro trimestre, fazendo com que a administração buscasse alternativas para performar determinados volumes contratados, volumes estes, que sustentavam a projeção de fluxo de caixa dessa unidade geradora de caixa até então; ii) a decisão da Administração de protocolar o pedido de relicitação (Nota 1.3) gera incertezas sobre o período em que a Malha será a operadora a longo prazo, uma vez que depende do andamento do processo, todavia, a Companhia está obtendo suporte financeiro de sua controladora para continuar operando até a conclusão do processo ou da própria concessão em 2026.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reavaliou os indicadores de *impairment*, e verificou que os fatores conjunturais que tornam o fluxo de caixa negativo não se alteraram, em comparação ao ano anterior, de forma a sustentar a provisão integral de *impairment* para seus ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso de vida útil definida.

4.6 Eventos subsequentes

4.6.1 Aumento de capital

Em 02 de Janeiro de 2023, a Companhia recebeu o montante de R\$ 50.000 referente a adiantamento para guturo aumento de capital, conforme instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital, assinado em 16 de dezembro de 2022.

Em 03 de Fevereiro de 2023, a companhia aprovou o aumento de capital de R\$ 100.000 reais, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, assinado em 03 de fevereiro de 2023.

4.6.2 Prorrogação de prazo de processo de relicitação

A Companhia comunicou em 15 de fevereiro de 2023 que o Conselho de Programas de Parcerias de Investimento através da resolução CPPI n° 1 de 13 de fevereiro de 2023, aprovou a prorrogação do processo de relicitação da Malha Oeste, estendendo o prazo em 24 meses, contados a partir do dia 19 de fevereiro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	105	8.122
		105	8.122
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	2.083	471
Contas a receber de clientes	5.4	19.750	25.221
		21.833	25.692
Total		21.938	33.814
Passivos			
Custo amortizado			
Passivo de arrendamento	5.5	185.324	216.101
Fornecedores	5.6	16.347	20.434
Outros passivos financeiros		6.589	7.455
		208.260	243.990
Total		208.260	243.990

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 6.589 (R\$ 7.455 em 31 de dezembro de 2021). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 14,53% a.a. (10,60% a.a. em 31 de dezembro de 2021). O prazo médio dessas operações gira em torno de 109 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2021).

A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobre contingências e contratos comerciais” no resultado financeiro, tendo representado R\$ 835 no exercício findo em 31 de dezembro 2022 (R\$ 648 em 2021).

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos conta movimento	23	52
Aplicações financeiras	2.060	419
	<u>2.083</u>	<u>471</u>

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	2.060	419
	<u>2.060</u>	<u>419</u>

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,9% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2022 (101,6% do CDI em 31 de dezembro de 2021). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	59	8.077
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	45	-
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1	45
	105	8.122

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes terceiros	13.688	14.044
Clientes partes relacionadas (Nota 4.1)	6.068	11.410
	19.756	25.454
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(6)	(233)
Total	19.750	25.221

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes terceiros são como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	13.555	12.011
Vencidas		
Até 30 dias	101	1.385
De 31 a 60 dias	32	599
De 61 a 90 dias	-	49
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(6)	(233)
	13.682	13.811

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2021	70
Provisões	361
Reversões e baixa	(198)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	233
Provisões	99
Reversões e baixa	(326)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.5 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No exercício comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os passivos eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre valor justo do ativo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente.

Os compromissos enquadrados como outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Saldo em 01 de janeiro de 2021	179.568
Apropriação de juros	95.594
Transferência entre passivos	(59.061)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	216.101
Pagamento de juros	(25.883)
Pagamento de principal	(43.193)
Apropriação de juros	38.299
Saldo em 31 de dezembro de 2022	185.324
Circulante	65.040
Não circulante	120.284
	185.324

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2028 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Além da amortização e da apropriação de juros destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	1.065	1.695
	<u>1.065</u>	<u>1.695</u>

5.6 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores de materiais e serviços	14.420	17.996
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	1.927	2.438
Total	<u>16.347</u>	<u>20.434</u>
Fornecedores	7.534	12.562
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	8.813	7.872
	<u>16.347</u>	<u>20.434</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.7 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
COFINS	1.120	14.211
PIS	4.055	3.787
ICMS CIAP ⁽ⁱ⁾	2.819	6.416
Outros	322	154
	<u>8.316</u>	<u>24.568</u>
Circulante	5.513	11.240
Não circulante	2.803	13.328
	<u>8.316</u>	<u>24.568</u>

(i) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.8 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(317.394)	(222.930)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	107.914	75.796
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(111.326)	(79.029)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(13)	(28)
Outros	3.425	3.261
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	-
Taxa efetiva	0,00%	0,00%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

A companhia não possui previsibilidade de lucro, em virtude disso, não há constituição de saldo de imposto de renda diferido.

5.9 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	18.753	17.577
Cíveis, regulatórias e ambientais	20.868	17.803
Trabalhistas	21.453	16.423
	61.074	51.803

	Depósitos judiciais	
	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	655	200
Cíveis, regulatórias e ambientais	25.536	24.528
Trabalhistas	8.486	20.485
	34.677	45.213

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	18.636	7.413	12.083	38.132
Provisionados no exercício	(352)	2.684	10.563	12.895
Baixas por reversão ou pagamento	(169)	(1.038)	(9.462)	(10.669)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	(538)	8.744	3.239	11.445
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17.577	17.803	16.423	51.803
Provisionados no exercício	569	3.080	13.583	17.232
Baixas por reversão ou pagamento	(60)	(4.888)	(17.708)	(22.656)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	667	4.873	9.155	14.695
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.753	20.868	21.453	61.074

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Tributário	99.664	87.319
Trabalhistas	81.399	87.612
Cíveis	93.322	366.123
Regulatórias	210.003	135.822
Ambientais	70.456	59.580
	554.844	736.456

• **Tributárias:**

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS - Exportação ⁽ⁱ⁾	50.398	48.626
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	27.059	24.554
ICMS Material de uso e consumo ⁽ⁱ⁾	18.681	10.636
Outros	3.526	3.503
	99.664	87.319

- (i) O fisco estadual autuou a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis ⁽ⁱ⁾	93.322	366.123
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	210.003	135.822
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	70.456	59.580
	373.781	561.525

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

• **Trabalhistas:**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	81.399	87.612
	<u>81.399</u>	<u>87.612</u>

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

5.10 Arrendamentos e concessões em litígio

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), em contrapartida ao intangível. A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Valores em discussão judicial:</u>		
Arrendamento	1.850.154	1.649.062
Concessões	106.994	98.171
	<u>1.957.148</u>	<u>1.747.233</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Valores em discussão judicial

A Rumo Malha Oeste pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram.

A ação tramita perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores.

Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação, reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Companhia por seguro garantia. Aguarda-se julgamento de apelação perante o TRF. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de apuração.

Ainda no âmbito dos litígios envolvendo a Malha Oeste, em janeiro de 2020 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deliberou instaurar Processo Administrativo Ordinário para gerar um relatório conclusivo quanto ao cabimento, ou não cabimento, de declaração de caducidade da concessão da Malha Oeste por parte da União. A análise será conduzida por uma comissão a ser indicada pela área de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia o risco de perda como possível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 17 de Janeiro de 2022 a controlada Rumo Malha Oeste S.A. pagou e retomou os pagamentos das parcelas trimestrais vincendas dos Contratos de Concessão e Arrendamento originais, em atendimento à cláusula décima e inciso XII do segundo termo aditivo firmado entre a Companhia e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 19 de maio de 2021.

<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
24.125	22.119
<u>24.125</u>	<u>22.119</u>

Os depósitos judiciais estão contabilizados no grupo de “regulatórias” conforme nota 5.9.

Ainda no âmbito dos litígios envolvendo a Companhia, em janeiro de 2020 a Agência deliberou instaurar Processo Administrativo Ordinário para gerar um relatório conclusivo quanto ao cabimento, ou não cabimento, de declaração de caducidade da concessão da Malha Oeste por parte da União. A análise será conduzida por uma comissão a ser indicada pela área de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia o risco de perda como possível.

5.11 Patrimônio Líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações e deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.8 - Imposto de renda e contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O capital subscrito e inteiramente integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 591.915 e em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 551.915, o saldo de 2022 é constituído conforme abaixo:

Acionista	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade ⁽ⁱ⁾	%	Quantidade ⁽ⁱ⁾	%
Rumo S.A.	469.852	100%	19.858	100%
Total de ações em circulação	469.852	100%	19.858	100%

(i) Em milhares de ações

As ações preferenciais não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; e
- Participação em igualdade nos recebimentos de dividendos.

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Essas são transações de capital com os sócios.

c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O saldo de adiantamento para futuro aumento de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 50.000 e em 31 de dezembro de 2021 a companhia não possuía saldo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receitas

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta na venda de serviços	98.508	122.690
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(8.451)	(11.804)
Receita operacional líquida	90.057	110.886

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2022	31/12/2021
Transporte de carga e acessórios	90.057	88.056
Outros	-	22.830
Receita operacional líquida	90.057	110.886

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Material de uso e consumo	(5.314)	(7.887)
Despesa com pessoal	(27.677)	(40.375)
Despesas com serviços de terceiros	(11.215)	(12.350)
Despesas com transporte e elevação	(22.414)	(43.015)
Outras despesas	(6.894)	(6.301)
	(73.514)	(109.928)
Custo dos serviços prestados	(65.790)	(102.429)
Despesas comerciais	53	-
Despesas gerais e administrativas	(7.777)	(7.501)
	(73.514)	(109.928)

6.3 Outras (despesas) receitas, líquidas

	31/12/2022	31/12/2021
Efeito líquido das demandas judiciais	(19.212)	(11.323)
Manutenção de ativos alocados ao resultado ⁽ⁱ⁾	(32.975)	(40.191)
Recuperação de sinistros	-	845
Créditos fiscais extemporâneos	(9.250)	4.034
Outros	(4.084)	(551)
	(65.521)	(47.186)

(i) Manutenções reconhecidas diretamente no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos de aplicações financeiras	2.434	335
	2.434	335
Custo da dívida, líquida	2.434	335
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	1.417	6.278
Arrendamento e concessão	(212.027)	(70.408)
Passivo de arrendamento	(38.299)	(95.928)
Despesas bancárias e outros	(2.789)	(3.915)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(10.991)	(12.403)
Juros sobre outras obrigações	(8.161)	(659)
	(270.850)	(177.035)
Resultado financeiro, líquido	(268.416)	(176.700)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(272.267)	(183.308)
Receitas financeiras	3.851	6.608
Resultado financeiro, líquido	(268.416)	(176.700)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.5 Prejuízo por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(317.394)	(222.930)
Por ação ordinária	(304.523)	(213.890)
Por ação preferencial	(12.871)	(9.040)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	471.292	459.058
Média ponderada de número de ações	19.919	19.402
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,64615)	(0,46593)
Por ação preferencial	(0,64615)	(0,46593)